PREFEITURA MUNICIPAL DE
VITORINO FREIRE
Um novo governo para Vitorino continuar crescendo!

CONTRATO Nº 118/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE - MA E O CONSÓRCIO IC2 INFRA – ECOMAR.

O **MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.018.568/0001-16, com sede na Av. Wilson Branco, S/N, Centro, Vitorino Freire, MA, CEP 65320-000, neste ato representado por seu titular, Sr. **JOSUÉ LIMA DE ALENCAR**, Secretário Municipal de Administração, portador da carteira de identidade nº. 064248372017-9 SESP - MA, inscrito no CPF nº. 257.526.003-59, residente e domiciliado neste município, doravante denominada de **CONTRATANTE** o **CONSÓRCIO IC2 INFRA – ECOMAR**, formado pelas empresas: **IC 2 INFRAESTRUTURA LTDA**, com sede na Rua Jordão, s/n, Sala B, Setor Zona Rural, Bairro Jordão, CEP 65.415-000, Município de Coroatá, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 11.138.522/0001-70, a **ECO-MAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede na Rua das Begônias, nº 03, Jardim S.M. I, Cohama, CEP 65072-563, Município de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 12.109.830/0001-30, **tendo como líder a empresa IC 2 INFRAESTRUTURA LTDA**, neste ato representada pelo Sr. **RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO**, portador do RG nº 223166320020 SSP/MA e inscrito no CPF n.º 864.735.222-04, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 56/2025 - SINFRAL** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 01/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:18:59 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE
VITORINO FREIRE
Um novo governo para Vitorino continuar crescendo!

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. **Registro de preços para contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços de conservação e manutenção das vias urbanas pavimentadas, compreendendo tapa-buracos, pavimentação, recapeamento e micro revestimento asfáltico, no município de Vitorino Freire – MA.**

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
SERVIÇOS PRELIMINARES					
1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF 03/2022_PS	M2	4,5	R$ 569,54	R$ 2.562,93
2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	UND	6	R$ 12.410,12	R$ 74.460,72
VALOR TOTAL					**R$ 77.023,65**
ADMINISTRAÇÃO					
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	12	R$ 22.430,50	R$ 269.166,00
VALOR TOTAL					**R$ 269.166,00**
RECOMPOSIÇÃO E REFORÇO BASE					
1	Regularização do subleito - 100% Proctor intermediário	M2	42000	R$ 1,88	R$ 78.960,00
2	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida - 100% Proctor modificado	M3	8400	R$ 17,90	R$ 150.360,00
3	Remoção mecanizada de revestimento asfáltico	M3	250	R$ 14,69	R$ 3.672,50
4	Fresagem contínua de revestimento asfáltico - espessura de 3 cm	M3	1260	R$ 104,64	R$ 131.846,40
5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	TKM	71414,8	R$ 1,00	R$ 71.414,80
6	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em revestimento primário	TKM	117427	R$ 1,23	R$ 144.435,21
VALOR TOTAL					**R$ 580.688,91**
EXECUÇÃO DO TAPA BURACO EM AAUQ					
1	Pintura de ligação	M2	5000	R$ 0,35	R$ 1.750,00
2	Usinagem de areia-asfalto a quente - faixa A - areia comercial	T	537,5	R$ 193,51	R$ 104.011,63
3	Tapa buraco com pintura de ligação - demolição manual	M3	250	R$ 440,22	R$ 110.055,00
VALOR TOTAL GRUPO					**R$ 215.816,63**
EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO EM AAUQ					
1	Imprimação com asfalto diluído	M2	42000	R$ 0,45	R$ 18.900,00
2	Pintura de ligação	M2	42000	R$ 0,35	R$ 14.700,00
3	Areia asfalto a quente - faixa B - areia comercial	T	4515	R$ 202,86	R$ 915.912,90
4	Microrrevestimento a frio com emulsão modificada com polímero de 2,0 cm - faixa III - brita comercial	M2	30000	R$ 8,04	R$ 241.200,00
VALOR TOTAL					**R$ 1.190.712,90**

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:19:14 -03'00'

AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO PARA AAUQ					
1	Aquisição de CM-30 - BDI = 21,24	T	56,4	R$ 7.883,86	R$ 444.649,70
2	Aquisição de RR-2C - BDI = 21,24	T	21,15	R$ 4.393,03	R$ 92.912,58
3	Aquisição de CAP 50/70 - BDI = 21,24	T	353,68	R$ 5.754,43	R$ 2.035.226,80
4	Aquisição de RC-1C - E - BDI = 21,24	T	58,2	R$ 4.405,70	R$ 256.411,74
VALOR TOTAL					**R$ 2.829.200,83**
TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO PARA AAUQ					
1	Transporte de CM-30 - BDI = 21,24	T	56,4	R$ 837,94	R$ 47.259,82
2	Transporte de CM-30 - BDI = 21,24	T	21,15	R$ 837,94	R$ 17.722,43
3	Transporte de CM-30 - BDI = 21,24	T	353,68	R$ 837,94	R$ 296.362,62
4	Transporte de RC-1C - E - BDI = 21,24	T	58,2	R$ 837,94	R$ 48.768,11
VALOR TOTAL					**R$ 410.112,97**
TRANSPORTE DA USINA ATÉ O LOCAL DE APLICAÇÃO					
1	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	TKM	303149	R$ 1,00	R$ 303.149,00
2	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 20000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020	TXKM	4072,5	R$ 2,29	R$ 9.326,03
3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 20000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020	TXKM	4072,5	R$ 0,92	R$ 3.746,70
VALOR TOTAL GRUPO II					**R$ 316.221,73**
DRENAGEM SUPERFICIAL					
1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF 01/2024	M	7000	R$ 62,63	R$ 438.410,00
2	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF 01/2024	M	7000	R$ 45,53	R$ 318.710,00
VALOR TOTAL					**R$ 757.120,00**
LIMPEZA GERAL					
1	Limpeza final da obra	M2	47000	R$ 2,20	R$ 103.400,00
VALOR TOTAL					**R$ 103.400,00**
VALOR TOTAL DOS GRUPOS					**R$ 6.749.463,62**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Projeto Básico;

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:19:26 -03'00'

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do instrumento contratual na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, nos termos do artigo 111 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.3.Concluído o objeto em sua totalidade será emitido termo de Recebimento do objeto, que será anexado a este contrato, caracterizando assim o fim da vigência do contrato

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3. O regime de execução contratual é Empreitada por Preço Unitário.

3.1. O modelo de gestão, demais prazos, bem como as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a esta Contratação.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5. O valor total da contratação é de **R$ 6.749.463,62** (seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos) que será pago a contratada na proporção em que o fornecimento for executado.

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:19:38 -03'00'

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, mediante depósito em conta corrente da CONTRATADA no Banco do Brasil, Agência: 2004-4 Conta: 28351-7, até 30 (trinta) dias úteis após a prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor competente da CONTRATANTE, acompanhada da via original das solicitações emitidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 29 de maio de 2025.

7.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:19:52 -03'00'

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha(m) a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8. São obrigações do Contratante:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:20:08 -03'00'

houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8. Aplicar ao contratado as sanções previstas na lei e neste contrato;

8.9. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão (no prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período) sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos casos de reajuste, repactuação ou revisão, conforme aplicável ao caso concreto, apresentados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data do protocolo.

8.12. Sob nenhuma hipótese a Administração responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso, tais como "as built", elaborado pelo responsável por sua execução; comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás; laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço; carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:20:39 -03'00'

9.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.8. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:20:56 -03'00'

de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.13. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.15. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:21:13 -03'00'

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, o que inclui:

9.20.1. Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

9.20.2. Não se apropriar, para si ou para outrem, de material confidencial e/ou sigiloso de tecnologia que venha a ser disponível;

9.20.3. Não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica na sede da contratante ou em outro local indicado por ela.

9.24. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.26. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:21:31 -03'00'

9.27. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.37. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, inclusive os documentos a serem emitidos pela própria contratante, no prazo que for estipulado pelo fiscal do contrato.

9.38. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:21:52 -03'00'

executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

9.39.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

9.39.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.39.3. florestas plantadas; e

9.39.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.40. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.41. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.3. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:22:12 -03'00'

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:22:36 -03'00'

11. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11.1. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do e 60 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.10 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:22:59 -03'00'

custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:23:24 -03'00'

11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no item 26.1 do edital desta licitação.

12.1. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito as sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente observadas as disposições e o rito previsto no mesmo artigo, e nos artigos 157 a 162, seus incisos e parágrafos da mesma lei, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

12.2. As multas de Mora e Compensatória, serão aplicadas e cobradas da forma prevista no Termo de Referência.

12.2.1. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Dados: 2025.10.09 16:23:55 -03'00'

14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, hipótese em que também se aplicam os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3. Se a operação de que trata o item anterior implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto ainda:

13.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:24:20 -03'00'

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código da Ficha: 855
Órgão: 02 Poder Executivo
Unidade: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA (SINFRAL)
Dotação: 26.782.0089.1062.00004.4.90.51.00
Obras e Instalações

14.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

15. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

16. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:24:47 -03'00'

justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

17. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO

18. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Vitorino Freire/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Vitorino Freire/MA, 29 de setembro de 2025.

JOSUE LIMA DE ALENCAR
Secretário Municipal de Administração
CONTRATANTE

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204 Dados: 2025.10.09 16:25:15 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE
VITORINO FREIRE
Um novo governo para Vitorino continuar crescendo!

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204

Assinado de forma digital por RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO:86473522204
Dados: 2025.10.09 16:15:56 -03'00'

RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO
Representante legal
CONTRATADO

Testemunha 1: Luan Silva – CPF: 618.556.493-90

Testemunha 2: Paula Santos – CPF= 604.399.643-00

Nº Folha: 975
Nº Processo: 56/2025
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE
VITORINO FREIRE
Um novo governo para Vitorino continuar crescendo!

RESENHA DE CONTRATO Nº 118/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2025 – SINFRAL – PARTES: MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e o CONSÓRCIO IC2 INFRA – ECOMAR. OBJETO DO CONTRATO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços de conservação e manutenção das vias urbanas pavimentadas, compreendendo tapa-buracos, pavimentação, recapeamento e micro revestimento asfáltico, no município de Vitorino Freire – MA. DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2025. BASE LEGAL: Lei n° 14.133, de 2021. VALOR: R$ 6.749.463,62 (seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos). ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: JOSUÉ LIMA DE ALENCAR – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. P/ CONTRATADA: RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO - Representante Legal – CONSÓRCIO IC2 INFRA – ECOMAR. Vitorino Freire - MA, 09 de outubro de 2025.

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA
INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 001/2017
EXECUTIVO
ISSN: 2764-6866

SUMÁRIO

Nº Folha: 976
Nº Processo: 56/2025
Rubrica:

Descrição **Página**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 1
RESENHA DE CONTRATO Nº 118/2025 3
RESENHA DE CONTRATO Nº 124/2025 3
RESENHA DE CONTRATO Nº 125/2025 3
RESENHA DE CONTRATO Nº 126/2025 3
RESENHA DE CONTRATO Nº 127/2025 4
RESENHA DE CONTRATO Nº 128/2025 4
RESENHA DE CONTRATO Nº 129/2025 4
RESENHA DE CONTRATO Nº 130/2025 4
RESENHA DE CONTRATO Nº 135/2025 5
RESENHA DE CONTRATO Nº 136/2025 5
RESENHA DE CONTRATO Nº 137/2025 5

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	71/2025 – SEMAD
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	27/2025– PMVF
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S)	Secretaria de Administração
OBJETO:	Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de software de Gestão, com solução de armazenamento, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Vitorino Freire/MA.

Carimbo de Tempo : 10/10/2025 11:39:39 Página 1 de 6

Nº Folha: 977
Nº Processo: 56/2025
Rubrica:

RESENHA DE CONTRATO Nº 118/2025

RESENHA DE CONTRATO Nº 118/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2025 – SINFRAL – PARTES: MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e o CONSÓRCIO IC2 INFRA – ECOMAR. OBJETO DO CONTRATO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços de conservação e manutenção das vias urbanas pavimentadas, compreendendo tapa-buracos, pavimentação, recapeamento e micro revestimento asfáltico, no município de Vitorino Freire – MA. DATA DA ASSINATURA: 09 de outubro de 2025. BASE LEGAL: Lei n° 14.133, de 2021. VALOR: R$ 6.749.463,62 (seis milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos). ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: JOSUÉ LIMA DE ALENCAR – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. P/ CONTRATADA: RAIMUNDO CAETANO DE MOURA NETO - Representante Legal – CONSÓRCIO IC2 INFRA – ECOMAR. Vitorino Freire - MA, 09 de outubro de 2025.

RESENHA DE CONTRATO Nº 124/2025

RESENHA DE CONTRATO Nº 124/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2024 – SEMAD – PARTES: MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO e a empresa FORT PREMIUM EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, mobiliário para escritórios e escolas, equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, utensílios diversos e equipamentos de apoio administrativo e pedagógico, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Vitorino Freire/MA. DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2025. BASE LEGAL: Lei n° 14.133, de 2021. VALOR: R$ 2.168,00 (dois mil e cento e sessenta e oito reais). ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: JOSUÉ LIMA DE ALENCAR – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. P/ CONTRATADA: ELAINE TEIXEIRA NASCIMENTO - Representante Legal – FORT PREMIUM EMPREENDIMENTOS LTDA. Vitorino Freire - MA, 06 de outubro de 2025.

RESENHA DE CONTRATO Nº 125/2025

RESENHA DE CONTRATO Nº 125/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2024 – SEMAD – PARTES: MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa FORT PREMIUM EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, mobiliário para escritórios e escolas, equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, utensílios diversos e equipamentos de apoio administrativo e pedagógico, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Vitorino Freire/MA. DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2025. BASE LEGAL: Lei n° 14.133, de 2021. VALOR: R$ 10.120,00 (dez mil e cento e vinte reais). ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: SAMILA DE SOUSA SALES – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE. P/ CONTRATADA: ELAINE TEIXEIRA NASCIMENTO - Representante Legal – FORT PREMIUM EMPREENDIMENTOS LTDA. Vitorino Freire - MA, 06 de outubro de 2025.

RESENHA DE CONTRATO Nº 126/2025

RESENHA DE CONTRATO Nº 126/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2024 – SEMAD – PARTES: MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a empresa FORT PREMIUM EMPREENDIMENTOS LTDA. OBJETO DO CONTRATO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, mobiliário para escritórios e escolas, equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, utensílios diversos e equipamentos de apoio administrativo e pedagógico, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Vitorino Freire/MA. DATA DA ASSINATURA: 06 de outubro de 2025. BASE LEGAL: Lei n° 14.133, de 2021. VALOR: R$ 47.976,00 (quarenta e sete mil e novecentos e setenta e seis reais). ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: EDINALDO SOUSA OLIVEIRA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. P/ CONTRATADA: ELAINE TEIXEIRA NASCIMENTO - Representante Legal – FORT PREMIUM EMPREENDIMENTOS LTDA. Vitorino Freire - MA, 06 de outubro de 2025.

Carimbo de Tempo : 10/10/2025 11:39:39 Página 3 de 6

Nº Folha: 978
Nº Processo: 56/2025
Rubrica:

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE VITORINO FREIRE - MA

DIÁRIO OFICIAL
GABINETE DO PREFEITO

RUA JUAREZ CARVALHO, S/N, CENTRO
VITORINO FREIRE - MA, CEP: 65320-000
Email: diario@vitorinofreire.ma.gov.br
Telefone: (98)32102-601

OSCARINA OLIVEIRA PEREIRA
COORDENADOR DO DIARIO

-

-

ADEMAR ALVES MAGALHAES
PREFEITO MUNICIPAL

ICP Brasil

Este documento é assinado digitalmente, o que garante a autenticidade do seu conteúdo.
MUNICIPIO DE VITORINO FREIRE
Email: lu_bringel@hotmail.com

Carimbo de Tempo : 10/10/2025 11:39:39

Carimbo de Tempo 10/10/2025 11:39:39 Página 6 de 6